

# *Congresso* Para resolver essa equação kafkiana

A situação é *kafkiana*. O Congresso não permite que o Estado saneie suas finanças cortando despesas, depois de aumentar as despesas criando mais obrigações para os cofres da União. Não permite, também — o que seria possível até sem a reforma da Constituição —, uma privatização em regra das empresas estatais, principais responsáveis pela dívida externa brasileira, que nenhuma tem condições de pagar por seus próprios meios. E, por fim, não permite nem o aumento das receitas por meio do crescimento natural da arrecadação sem o aumento dos atuais impostos, ou seja, por meio da criação das condições para a retomada de um ritmo satisfatório do crescimento da economia, pelo estímulo à vinda de maciços investimentos estrangeiros aliado ao estímulo para o investimento de capitais nacionais. É este o retrato da ingovernabilidade do país no momento, já alvo de repetidas queixas do presidente Sarney, a penúltima numa entrevista à televisão na quinta-feira e a última na *Conversa ao Pé do Rádio* de sexta-feira, ambas na semana passada. Traduzindo: o Estado brasileiro está falido, não tem nem mesmo condições de cumprir satisfatoriamente suas funções primárias de atender às necessidades básicas da população (saúde, educação etc., etc.) e o governo não consegue definir soluções para esta equação macabra porque o Congresso Nacional, que detém de fato o poder desde o advento da nova Constituição, não se quer comprometer com as medidas duras que são necessárias adotar em tais circunstâncias.

Os políticos no Legislativo querem ficar apenas com o que o controle do poder tem de bom para seus negócios — a possibilidade de distribuir benesses com o dinheiro público — e deixar com o governo os ônus, o lado desagradável. Exemplo típico desse comportamento é a atitude do deputado Ulysses Guimarães, que continua insistindo em dizer que irá comandar a reação contrária ao projeto do governo que aumenta as contribuições de empresários e trabalhadores para a Previdência Social a fim de pagar a conta da sua Constituição "dos miseráveis". É inacreditável que um homem da responsabilidade política do dr. Ulysses se disponha a tal empreitada, ele que conhece perfeitamente as difíceis condições financeiras da Previdência e as dificuldades que ela terá para cobrir seus compromissos com aposentados e pensionistas. Mas o drama do dr. Ulysses é a rejeição dos eleitores que não o querem como presidente e ele acha que poderá conquistá-los com atitudes oportunistas e demagógicas e arrombando ainda mais o Tesouro Nacional.

Quando o presidente da República, na televisão, apontou esta equação *kafkiana* — o Estado está impedido de aumentar receitas e reduzir despesas num quadro de inflação ascendente, o que é o melhor caminho para se chegar à temida e desestabilizadora hiperinflação —, dissemos em um editorial que a conclusão lógica das queixas do presidente seria o Palácio do Planalto propor uma reforma da Constituição para tirar dela os empecilhos à ação do governo e à dinamização da economia. Lembramos, inclusive, o exemplo de Portugal, que, depois de passar dez anos com sua economia praticamente estagnada, está experimentando, desde 1986, um surto de desenvolvimento e modernização, graças à iniciativa de suas lideranças políticas de extirpar da Constituição todas as asneices estatizantes e anticapitalistas impostas pela Revolução dos Cravos.

Mas há uma outra conclusão lógica das queixas presidenciais, mais urgente em função da gravidade da crise, da demora natural de uma reforma constitucional e da proximidade da hiperinflação. É a proposta do deputado César Maia, do PDT do Rio de Janeiro: a renúncia dos ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, e a negociação entre o presidente, o Congresso e os partidos de um programa econômico de curto prazo para se chegar até as eleições sem perturbações de ordem econômica, política e social. Embora seja um sonho de uma noite de verão esperar que ministros se disponham a um sacrifício desses, não vemos outra saída, no momento. O governo precisa envolver o Congresso e os políticos na administração da crise, para que eles sintam na pele as dificuldades e o caos que se aproxima. Caso contrário, como o dr. Ulysses no caso da Previdência, eles irão ficar de longe olhando o circo pegar fogo e sempre jogando um pouquinho mais de lenha na fogueira. Quem ajudou a ampliar as dificuldades deve agora ajudar a resolvê-las.

O programa mínimo pode começar a ser esboçado a partir das propostas do deputado paulista José Serra no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. Com a experiência que adquiriu no governo paulista, Serra realmente preparou um trabalho que pode ser o início de uma ordenação e um disciplinamento do aparelho estatal brasileiro, fonte quase única de todas as nossas agruras econômicas. Ele propõe, entre outras coisas, um corte de 50% nos incentivos fiscais e subsídios; limitar os gastos de pessoal em 90 aos mesmos valores deste ano, só corrigidos monetariamente; reduzir drasticamente as mordomias; eliminar 80% dos cargos públicos vagos; congelar as despesas de custeio da União. É um projeto com grande dose de austeridade. É isto ou é o buraco negro. A proposta é para o ano que vem, mas muita coisa precisa ser aplicada agora, já.

Um programa desses, no entanto, só se tornará exequível quando os políticos decidirem assumir suas verdadeiras responsabilidades e deixarem de brincar de aprendizes de feiticeiro.